

## DA CONSTITUIÇÃO À REPRODUÇÃO DE UMA “CERTA” CONDIÇÃO CAMPONESA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DOS USOS DE RECURSOS NATURAIS

---

Antonio Marcio Haliski, Alfio Brandenburg

---

### RESUMO

Este artigo atualiza os debates em torno do campesinato nas Ciências Sociais. Para tanto, colocamos como elemento central de análise as formas de usar os recursos naturais adotadas por agricultores localizados entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, observando continuidades ou permanências do que chamamos de uma *certa condição camponesa*. Nesse sentido, destacamos a percepção dos agricultores sobre a ocupação e povoamento das áreas rurais em questão, mais especificamente suas formas e técnicas de produção. Iniciamos o texto com uma descrição da área estudada, passamos para nossa contribuição ao debate atual e, na sequência, nos debruçamos sobre a formação socioambiental e o perfil geral dos agricultores e das propriedades.

Palavras-chave: Campesinato; Recursos Naturais; Rupturas e continuidades

## FROM CONSTITUTION TO REPRODUCTION OF A CERTAIN PEASANT CON- DITION: A CASE STUDY OF NATURAL RESOURCE USES

### ABSTRACT

*This article updates the debates around the peasantry in the social sciences. Therefore, we put as central element the analysis the natural resources uses forms adopted by farmers located between the states of Paraná and Santa Catarina (Brazil), observing ruptures and continuities of what we call a certain peasant condition. In this sense, we highlight the perception of farmers on the occupation and settlement of the countryside in question, specifically their forms and techniques of production. We begin this text with a description of the study area, pass through our contribution to the current debate and, in sequence, we focus on their social environmental education and on general profiles of farmers and their properties.*

*Key words: Peasantry; Natural Resources Uses; Ruptures and Continuities*

## INTRODUÇÃO

“Deus fez o povo movido à comida. Ele não ensinou comer serragem”  
(Márcia, 38 anos de idade).

O título deste trabalho é, por si só, uma proposição e uma contribuição para o debate. Assim, falar de uma “certa” condição camponesa é uma forma de chamar a atenção para aquilo que Wanderley (2003) trabalhou como rupturas e continuidades do campesinato na agricultura familiar. Para tanto, realizamos um estudo de caso com agricultores localizados entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, com o objetivo de analisar suas práticas de usos dos recursos naturais, ou seja, pesquisamos elementos como o uso do solo/floresta/plantio, técnicas de produção e preservação (e seus conflitos socioambientais), melhoria das condições de vida, relação entre conhecimentos técnicos e tradicionais e sua conexão com a força do passado determinando muitas práticas dos agricultores no presente. Em síntese, propõe-se mostrar como os processos constitutivos de camponeses são reveladores de uma trama de relações complexas que se materializam nos usos da natureza e ambiente, bem como na reprodução de tradições, costumes e pela busca de melhores alternativas de reprodução e permanência no rural<sup>1</sup>.

Para realizar esse propósito, este trabalho recorre, sob o ponto de vista analítico, a noção de agricultura familiar, como faz Wanderley (1996). Para a autora, a agricultura familiar é entendida como um conceito genérico e o campesinato como uma forma particular dessa agricultura, justamente por sua especificidade de produção e organização em sociedade. Na agricultura familiar moderna não temos uma ruptura com formas anterior-

res, ou seja, temos agricultores portadores de tradição camponesa, adaptados às exigências da sociedade. Isso nos serve para analisar um grupo de agricultores articulando a formação histórica da área com uma microssociologia (a dinâmica do grupo em questão) pelo viés de suas práticas materiais no cotidiano. É evidente que temos múltiplas formas de agricultura, assim, cabe-nos trabalhar as evidências de um campesinato tendo por base os usos de recursos naturais (não entendemos a natureza como um recurso econômico ou uma capitalização de tudo, mas a água, solo, entre outros, como um bem comum). Esta é a nossa contribuição, pois outros autores avançaram significativamente no que se refere aos tipos de agricultura familiar ou mesmo sobre o significado do que é ser camponês. Assim, nossos resultados são fundamentados na percepção de 42 agricultores a exemplo dos estudos de Zornitta (2015) e Cima (2016)<sup>2</sup>, os quais têm como principal base teórica Tim Ingold (2010).

Quanto à história do campesinato no Brasil vemos que Wanderley (1996) faz um balanço evidenciando o quanto isso é uma tarefa importante e, ao mesmo tempo, deficitária. Com relação à produção acadêmica brasileira, observamos que alguns autores contribuem significativamente para a construção de uma visão panorâmica do rural brasileiro. É o caso de Sérgio Buarque de Holanda, Leo Waibel, Manuel Correia de Andrade, Antonio Candido, Maria I. P. de Queiroz, Otávio G. Velho, Moacir Palmeira, Maria M. Moura, José Graziano da Silva, Maria de Nazareth B. Wanderley, Ricardo Abramovay, Delma P. Neves, apenas para citar alguns nomes entre outros que igualmente enriquecem o estado da matéria. A partir de muitos desses autores o que se segue é uma vasta produção sobre diversos estudos de casos que os mesclam com

1 Este artigo, com algumas modificações, foi apresentado e debatido no 39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), no GT 21 “Metamorfoses do rural contemporâneo”, em Caxambu – MG, em outubro de 2015.

2 Esses autores empregam a “categoria de percepção” para evidenciar, respectivamente, uma percepção dos atores (pescadores e camponeses) sobre os impactos da construção da hidrelétrica Foz do Chapecó na vida dos pescadores da região e a percepção e prática de famílias camponesas sobre o saneamento ambiental na região. Trata-se de um esforço, pelo viés das Ciências Sociais, notadamente da antropologia de Tim Ingold, em externar as subjetividades, a partir das narrativas de atores entrevistados, sobre as interferências de políticas públicas em seus modos de vida.

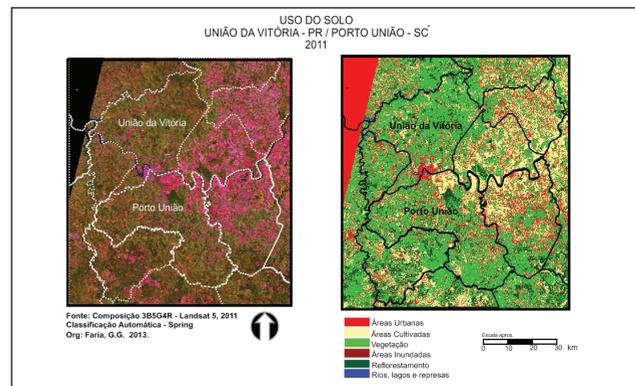
autores regionais<sup>3</sup>. Daí uma grande diversidade de produção que nem sempre vem acompanhada de uma sistematização possível e necessária. Nesse sentido, vemos como grande esforço as ações desenvolvidas pela *Rede de Estudos Rurais*.

Se temos autores clássicos na sociologia rural que nos mostram o caminho percorrido neste campo acadêmico, vemos, “em paralelo”, o desenvolvimento de uma sociologia ambiental que nos abre mais uma perspectiva. Referimo-nos especificamente à dimensão ambiental e ecológica nas análises sobre o mundo rural que emergem, principalmente, posteriores à década de 1970. Brandenburg (2005) afirma que a questão ambiental emerge como uma problemática relevante para a agricultura após a modernização ancorada na Revolução Verde. Para ele, anterior a esse período não há manifestações de movimentos sociais de cunho ecológico que coloquem em questão o padrão industrial de desenvolvimento, a relação sociedade-ambiente ou mesmo os instrumentos que intermedeiam essa relação. Tampouco se realizam estudos ambientais rurais, salvo o então recente trabalho de José Augusto Pádua (2002). Nesse sentido, após a crise socioambiental promovido pela modernização da agricultura, estudar o campesinato requer, sob nosso ponto de vista, que se articule elementos teóricos uma sociologia rural com a sociologia ambiental. É com esta orientação que o campesinato e sua reprodução será analisado nesse trabalho; a partir de sua relação com os recursos naturais.

### O UNIVERSO DE PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida com um grupo de agricultores nos municípios de União da Vitória-PR e Porto União-SC, conhecidos como as “cidades gêmeas do Iguazu”.

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO E USO DO SOLO



Analisou-se a condição camponesa pelo viés da dimensão prática, ou seja, de usos dos recursos naturais dentro da sociedade moderna. Assim, o primeiro passo foi o entendimento da formação ou constituição do campesinato na área estudada e, num segundo momento, a análise da sua reprodução pelas práticas de uso.

O território das Gêmeas do Iguazu está incrustado na região do Contestado, uma área com um histórico de devastação, lutas e conflitos pela posse de terras, marcadas por uma ocupação tardia. Tonon (2002) afirma que a própria formação do latifúndio no sul do Paraná e norte de Santa Catarina, região ocupada a partir do século XIX, tem suas origens no Segundo Reinado, fortalecendo-se com a lei de terras de 1850 e sedimentando-se com o início do Período Republicano.

No caso específico da região do Contestado, Fagundes e Ribas (2002) relatam que parques recursos possuíam estas populações excedidos, naturalmente, os centros pastoris e as cidades que monopolizavam o comércio. Os produtos da caça, da pequena agricultura e a erva cortada eram trazidos para estes centros, trocando-os por gêneros de imediata necessidade tais como pano, pólvora, chumbo e sal<sup>4</sup>.

Os municípios estudados, por terem sido ponto de parada de tropeiros levando suas

3 Um belíssimo exemplo é o livro *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*, de Arlene Renk.

4 Conforme Tonon (2002), anterior ao século XIX, o território era ocupado por indígenas e alguns poucos habitantes, oriundos do Norte ou Sul e que se fixaram ao longo do caminho das tropas. Esse território foi cortado pelo caminho do Viamão que, no século XVIII, representou um importante estímulo para a economia sulina. O transporte de tropas bovinas e muaras do Sul para Sorocaba, com o intuito de atender às regiões auríferas, estimulou de forma gradativa a ocupação e o povoamento da região.

boiadas e cavalos no trajeto São Paulo - Rio Grande, um porto fluvial de embarque e desembarque de pessoas e produtos, além de ponto de parada do trem, “o símbolo da modernidade”, adquiriram moradores de várias etnias: o índio, o tropeiro, o caboclo e os imigrantes estão na base da sua formação social. É um povo miscigenado e instalado em uma localidade marcada pela dependência econômica, conflitos por terra, entre outras situações. Estão instalados na formação rochosa que segue a estrutura paranaense, na transição do segundo para o terceiro planalto. A cobertura florestal remanescente que cobre esta localidade, a Floresta de Araucária, ainda hoje movimenta a economia. Devido ao relevo irregular ela resistiu e nas áreas menos íngremes pratica-se a agricultura, a criação de gado e o cultivo de peixes, entre outros.

Outro aspecto que chama a atenção é a intensificação dos desmatamentos nos municípios do entorno. Isso também é resultado da função urbana exercida pelas Gêmeas do Iguaçu, pois se destacaram na comercialização de produtos e na instalação de fábricas e serrarias. Nota-se também a intensificação dos adensamentos populacionais que penetram a vegetação, a grande quantidade de áreas agrícolas, o crescente número de reflorestamentos e a ocupação desenfreada ao longo do rio Iguaçu (moradia, criação de animais, extração de areia, principalmente).

## 1. UMA BREVE “HISTÓRIA” DO RURAL EM QUESTÃO

Ao referir-se à União da Vitória, Hort (1990) diz que a indústria extrativa (madeira e mate) constitui um fator de grande importância para o município; já a agropecuária não possui destaque em razão dos terrenos ex-

cessivamente acidentados, dos solos ácidos, da falta de técnicas modernas, da falta de assistência técnica e financeira, do predomínio de culturas de subsistência e dos latifúndios. Assim, o que assistimos é uma invisibilidade do rural na literatura regional. Estudos sobre o trabalho feminino, produção de carvão, da erva-mate, reflorestamentos, da juventude rural ou mesmo sobre os efeitos da modernização da agricultura, a exemplo do que realizaram Renk e Dorigon (2014) no oeste catarinense, são escassos. Portanto, o que estamos evidenciando é um esforço de caracterização de um rural a partir dos livros existentes e a partir das trajetórias dos atores que pesquisamos.

Como a agricultura desenvolveu-se basicamente para a subsistência dos caboclos e migrantes aparecem em destaque o milho, feijão, arroz, uva, mandioca e soja. Temos alguns produtos cultivados em outros momentos, como na década de 1940, que não se plantam mais pelo grupo pesquisado como é o caso do centeio e do trigo (FAGUNDES e RIBAS, 2002) e também da cevada e do linho (RIESEMBERG, 1973). Resta salientar o crescimento na produção de frutas vermelhas (morangos, amora, entre outras) e hortaliças para a comercialização em feiras semanais nas áreas urbanas. Como veremos nos relatos adiante, é nas formas de produção ou, como falamos genericamente, nos “usos dos recursos naturais”, que encontramos as rupturas e continuidades.

Aliados à produção de grãos, como o trigo e o centeio, instalam-se moinhos para beneficiá-los. Como poucos podiam construí-los ou deslocar seus grãos até um moinho existente, utilizou-se em larga escala a “jorna” (moinho polonês artesanal de madeira), isto é, uma máquina utilizada para moer os cereais. Além da arquitetura, religião, hábitos alimentares, etc., outra contribuição europeia veio pelas carroças e suas múltiplas utilidades co-

---

5 A carroça polaca desempenhou papel importante nos transportes coloniais. Em primeiro lugar, ela se harmonizou perfeitamente com os lotes rurais, em cujas pequenas dimensões não caberiam pastagens suficientes para a manutenção de um grande número de animais, como as tropas; em segundo lugar, ela acomodava os produtos coloniais com maior simplicidade e proteção. Outras vantagens apresentavam ainda, como no transporte de pessoas e na velocidade dos percursos. E os danos que produziam nas estradas não eram maiores do que os produzidos pelas tropas e nem tão grandes como às vezes são pintados através de observações superficiais (RIESEMBERG, 1973, p. 126).

mo, por exemplo, para o transporte de pessoas, madeiras, ervas e mercadorias em geral<sup>5</sup>.

Sobre a ocupação humana fica evidente, mais uma vez em nossa história, um sistema de privilégios (questionado pelos caboclos do Contestado) na concessão de terras. Essa prática era mais comum com as grandes empresas, mas também ocorreu com os imigrantes, pois “Aproveitando o contingente estrangeiro que chegava à região, a prefeitura de União da Vitória mandou medir, em 1895, no rocio da vila, 88 lotes de 10.000 m<sup>2</sup> que entregou gratuitamente aos colonos que neles se instalaram.” (RIESEMBERG, 1973, p.105). No processo de distribuição de terras, grandes propriedades passaram a contrastar com as pequenas.

Hoje o que se tem nas colônias de União da Vitória e Porto União é um misto de elementos do início da colonização com elementos atuais. Exemplo disso são as igrejas “tradicionais” que passam a dividir fiéis com as evangélicas, a extinção de moinhos ou sua permanência como museu, além das carroças com rodas de madeira revestida de ferro e outras com rodas de carros; a presença de carros de passeios, caminhões e tratores; casas de madeira e de tijolos; estradas mais largas e com pontos de parada de ônibus, sítios para lazer, entre outros.

## 2. PERFIL GERAL DAS PROPRIEDADES E DOS AGRICULTORES<sup>6</sup>

Os atores estudados, 42 ao todo, moram basicamente em propriedades com área inferior a 6 hectares. Por estarem inseridas na transição do segundo para o terceiro planalto todas as terras apresentam dobras íngremes que dificultam a utilização de máquinas grandes ou o plantio em grande escala como ocorre no norte do Estado do Paraná. Assim, a produção de alimentos é pequena e diversificada. Produz-se milho, soja, feijão, batata, queijo, beterraba, morangos e hortaliças em geral. Nas terras onduladas, o gado aparece com fre-

quência e nas partes mais baixas do terreno temos o cultivo de peixes para a prática de lazer (pesque e pague) ou atender ao mercado local (principalmente no período religioso conhecido como quaresma). Destaca-se ainda o que é mais visível nestas terras, ou seja, reflorestamentos de pinus e eucaliptos substituindo árvores como a canela, o cedro e a araucária.

Percebe-se o predomínio de pessoas com mais de 30 anos. Num primeiro momento, pode-se afirmar, demarcam aquilo que Wanderley (2009) chamou de espaço de vida, ou seja, encontraram no meio rural a satisfação de suas necessidades econômicas, de moradia, de lazer etc.

QUADRO 1 - IDADE DOS ENTREVISTADOS

IDADE	QUANTIDADE
20 a 30 anos	06
31 a 40 anos	13
41 a 50 anos	11
51 a 60 anos	0
Mais de 60 anos	08

A diferença do mais jovem para o mais idoso é de 62 anos. Associado ao predomínio de pessoas com mais de 31 anos e o tempo de contato com o rural, essa constatação torna-se extremamente relevante na compreensão das permanências e rupturas dos usos dos recursos naturais e, também, das características dos atores em questão. A partir daí existe a possibilidade de conhecermos o passado pela tradição de alguns informantes escolhidos e, ao mesmo tempo, o presente pela análise de pequenos agrupamentos (CANDIDO, 1971). Nessa linha, no estudo realizado por Tonietto (2007), constatou-se que as transformações sofridas pela agricultura familiar moderna não implicam rompimento definitivo com as formas tradicionais camponesas. Embora a autora não tenha dito, deduzimos que as permanências não devem ter ficado somente na forma de se fazer uma linguça, na utilização de alguns alimentos, nos cultos a santos e festividades comunitárias, mas também nos “usos da natureza”, como será apresentado a partir do item 4.

<sup>6</sup> Uma versão mais completa das entrevistas e metodologias está em Haliski (2013).

Outra situação que chama a atenção é o número elevado de pessoas que se declararam como casadas. Isso evidencia a manutenção de hábitos tradicionais e costumes religiosos que ainda permanecem neste espaço. Mesmo que predomine uma desconfiança de que a “Igreja só quer dinheiro” ressalta-se o esforço das comunidades para manter missas e festas populares que acabam sendo a memória de momentos, para eles, importantes<sup>7</sup>.

QUADRO 2 - ESTADO CIVIL

ESTADO CIVIL	QUANTIDADE
Casado (a)	34
Separado (a)	03
Solteiro (a)	03
Viúvo (a)	02

Os imóveis visitados pertencem quase exclusivamente aos entrevistados, conforme vemos no quadro 3. Como as áreas são pequenas não é raro encontrar pessoas que ganham dinheiro “extra” trabalhando na propriedade vizinha ao ofertar um serviço que aquele dono não pode realizar (talvez por razões técnicas como a falta de um trator ou quantidade de mão de obra) e vice-versa.

QUADRO 3 - CONDIÇÃO DA OCUPAÇÃO SEGUNDO OS ATORES PESQUISADOS

CARACTERÍSTICA DO IMÓVEL	QUANTIDADE
Proprietário	36
Cedido <sup>8</sup>	01
Do patrão	05

Quanto à origem da(s) fonte(s) de renda, se ela é “fixa” ou não, temos 24 pessoas no primeiro caso, daí surgem situações inte-

ressantes. A primeira relaciona-se aos aposentados que veem no benefício social um complemento e até mesmo segurança na renda familiar. A segunda liga-se a pessoas que fornecem produtos para agroindústrias como frangos, por exemplo, para então firmarem um contrato. A terceira situação é a de empregados com salário mínimo e o direito de produzir na propriedade para gerar ganho extra. A quarta refere-se a camponeses que não possuem fonte renda fixa, mas ocupam uma função de chacareiro, ou seja, é uma troca onde uma pessoa cede à outra o direito de morar na propriedade desde que ela zele pela mesma. Assim, se fizer um roçado para o patrão, um plantio, uma poda de ervais, entre outras, terá um ganho a mais. Geralmente tem um espaço para sua roça e um tempo, se for o caso, para prestar serviço a terceiros. Isso aponta para o processo de pluriatividade no campo, como nos mostra Schneider (2003), pois para ele esse é o fenômeno através do qual os membros de famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

Embora as áreas rurais sejam próximas do centro urbano de União da Vitória e Porto União e, logo, das instituições de ensino básico e superior, percebe-se uma maioria de pessoas com baixa escolaridade. Dentro de um contexto histórico de exclusão social constata-se que os mais velhos possuem menos anos de frequência em escolas, ou seja, aprenderam basicamente a ler e escrever. Os mais novos

7 Segundo o IBGE (2016), de um total de 34.882 habitantes em Porto União – SC há 27.606 pessoas declaradas como pertencentes à religião católica apostólica romana, 4.365 evangélicas e 322 espíritas. Ainda em União da Vitória, de um total de 56.265 habitantes, 40.711 declaram-se católicos apostólicos romanos, 8.827 como evangélicos e 590 são espíritas.

8O morador refere-se ao imóvel como cedido, pois se diz dono da terra em razão dos anos de serviços prestados ao patrão. Como mora há bastante tempo no lugar e nunca recebeu nada pelos cuidados prestados à propriedade, isto sim, aos trabalhos como cortar e carregar toras etc., garante ser o dono legítimo e negocia um pedaço de chão para si. Hoje se declara como renda fixa visto que está aposentado e, como os outros pesquisados, planta para gerar um ganho extra ou garantir produtos de subsistência.

9 Quanto à fonte de renda, esclarecemos que os camponeses pesquisados e que possuem aposentadorias entendem por renda fixa o fato de possuírem uma aposentadoria que é paga mensalmente ou mesmo contratos de vendas firmados com compradores de seus produtos, como é o caso da comercialização de aves.

pela infraestrutura à sua disposição, como as linhas de ônibus ou escolas rurais na sua comunidade, tendem a terminar o ensino médio e até mesmo ingressar na faculdade.

QUADRO 4 - ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Até a 4ª série	18
Da 5ª a 8ª série	08
Ensino médio completo	08
Ensino superior completo	05
Não responderam	03

Entendemos que o mostrado nos itens acima, como é o caso da escolaridade, geram situações como aquela em que Renk e Dorigon (2014) chamam de *ressemantização da categoria trabalho* a partir dos jovens do mundo rural e a consequente mudança(s) social(is) neste espaço, como é o caso da pluriatividade (SCHENEIDER, 2003) ou mesmo de concepções de natureza e ambiente (HALISKI, 2013) por parte deste atores.

### 3. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS LOCAIS E AS MUDANÇAS NA RELAÇÃO COM A NATUREZA

Dos livros que retratam os municípios estudados ou o conflito do Contestado, verificou-se a descrição de uma região tomada por vegetação, no final do século XIX e início do século XX. A riqueza da flora propiciou a instalação de interessados em explorar a erva-mate ou de serrarias que dilapidaram imensas áreas da mata de araucária. Soma-se a isso a implantação de colônias nas áreas já exploradas. Juntamente com a vegetação destruiu-se grande parte da fauna e flora. Enfim, gostaríamos de verificar isso pela fala do grupo pesquisado, por isso, realizamos várias idas a campo e aplicamos questionários com perguntas relacionadas às suas práticas e perspectivas.

Anteriormente acreditávamos que as grandes devastações para aumentar áreas de plantio era uma situação típica do Norte do estado paranaense. Equivocamo-nos. Obviamente que o interesse pela madeira era grande, mas os agricultores precisavam sobreviver produzindo o necessário para sua subsistência. Nesse contexto vendia-se a madeira para “limpar a terra” e, caso não conseguisse comercializá-la, ateava-se fogo em tudo para iniciar uma lavoura.

Aqueles com menos tempo de contato com o rural, pessoas que moram há pouco tempo ou compraram uma chácara para lazer, fazem considerações sobre o que estão observando tendo como base a atualidade, ou seja, limitam-se a mostrar as áreas verdes preservadas por lei ou mesmo o verde dos reflorestamentos. Por exemplo, dizem que “[...] tá preservado, (e) tudo misturado, mata nativa com pinus e eucalipto.” (Alois, 01 ano no lugar)<sup>10</sup>; ou “não mudou nada” (Sandro, 06 anos no lugar). Os relatos nos trazem questões interessantes como a preservação da natureza em razão da legislação ambiental, a grande quantidade de espécies exóticas, a extração centenária da erva-mate e a fragmentação das antigas colônias que estão virando chácaras (para lazer, moradia, pesque e pague, entre outras atividades).

Nem sempre as pessoas que moram no rural conseguem perceber as modificações à sua volta, porém, mostram em suas falas elementos que as evidenciam. Isso fica explícito nas colocações a seguir: está “quase igual, aumentou o pinus” (Verônica, 22 anos no lugar); “aumentou (o número de) morador e o pessoal foi mais pro pinus (por exemplo) igual aqui plantava arroz (hoje não)” (Inês, 22 anos no lugar); “agora não deixam derrubar, agora é só mato” (Nelson, 37 anos no lugar). Do que fora citado entre os pesquisados e que moram entre 22 a 38 anos na área rural, percebe-se claramente um momento de transição das lavouras para o plantio de espécies refloresta-

10 Decidimos manter os registros de oralidade dos entrevistados de modo a respeitar a sintaxe oral própria dos moradores da região pesquisada, pelo que compreendemos essas manifestações não como erro ou ainda desvio da norma padrão da língua portuguesa, mas como variantes regionais que ampliam sensivelmente o repertório da língua ao evidenciar outras formas de expressão oral que são igualmente válidas.

das. Quando é citado que antes tinha mais lavoura e agora é mais verde, também se constatam três situações: o contato com a cidade ficou mais facilitado tornando-se mais barato comprar em armazéns do que plantar e, noutro enfoque, a fiscalização ambiental foi sendo intensificada propiciando o crescimento de “mato” em lugares de difícil acesso (geralmente áreas de preservação) e, ainda, o aumento do verde não é resultado somente da vegetação nativa, isto sim, do pinus e do eucalipto.

Entre os moradores com mais de 40 anos de vivência nas terras citadas o que se evidencia é uma transição da floresta nativa para a agricultura. Na região “[...] aumentou o pinus e eucalipto e a bracatinga está mais em extinção” (Júlio, 40 anos no lugar); o “pinus não existia, só (tinha) mato do lugar (nativo), roçavam, plantavam, só lavoura, agora tem bastante pinus e gente que trabalha na cidade” (André, 75 anos no lugar). Pelo apresentado, pode-se fazer a seguinte consideração: no final do século XIX e início do XX, a mata nativa predominava em razão da baixa densidade demográfica e das condições específicas do relevo. Essa situação propiciou a instalação de serrarias para aproveitar o potencial madeireiro. Concomitantemente temos a formação das primeiras colônias e a necessidade de plantio para subsistência dos moradores. Assim, as terras que não tinham sido “limpas” pelos exploradores de madeira começaram a ser, agora também, pelos novos moradores que precisavam plantar. Portanto, de uma situação de vegetação fechada vai-se evoluindo para grandes clareiras abertas destinadas a moradias, plantações, entre outros.

Dentro das colônias as árvores eram utilizadas de formas diversificadas, ou seja, para construir casas, paios, cercas, chiqueiros, para lenha, para venda, entre outros. Com a retirada contínua dos recursos naturais e a instalação de um grande número de indústrias madeireiras, após a década de 1960, temos uma intensificação na destruição da floresta de araucária. Em razão disso, começam os reflorestamentos de madeiras que crescem rapidamente como o pinus e o eucalipto para,

nesse momento, abastecer o mercado local (já os produtos derivados do beneficiamento ganham diferentes destinos no mercado nacional e internacional, como é caso dos compensados ou mesmo do papel).

É nesse contexto também que as cidades de União da Vitória e Porto União começam a servir como o “centro onde se encontra o necessário para viver”, em outras palavras, sua condição de centro comercial favoreceu a compra de muitos produtos que fizeram os agricultores abandonarem o plantio daquilo que não compensaria economicamente. O reflorestamento passou a ser sinônimo de dinheiro rápido e fácil. Mesmo com a criação do código florestal, na década de sessenta, os desmatamentos continuaram. Posterior a uma série de encontros e conferências sobre o meio ambiente, intensifica-se a fiscalização restringindo, inclusive, os reflorestamentos e os desflorestamentos. Assim, quem não via em sua propriedade possibilidades de ganhar dinheiro acabou por vendê-la a pessoas interessadas em construir espaços de lazer, de moradia, entre outros.

#### 4. A RELAÇÃO COM A NATUREZA NAS PROPRIEDADES RURAIS: DA PRODUÇÃO AOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AS TÉCNICAS DE PRESERVAÇÃO/CONSERVAÇÃO

“Deus fez o povo movido à comida.

Ele não ensinou comer serragem”

(Márcia, 38 anos de idade).

Os produtores apresentam algumas formas interessantes de uso do solo. Onde não se pode plantar, o gado é solto e faz-se um tanque de peixes ou utiliza-se a área para reflorestamento. Em vários casos opta-se somente pelo reflorestamento. Nos espaços disponíveis para o plantio utilizam-se poucas máquinas e geralmente de pequeno porte (isso em razão do relevo acidentado). Do grupo pesquisado, a maior parte revelou que o trabalho manual é predominante, seguido de máquinas de pe-

queno porte (tratores, arados, rotativo ou Toba-bata etc.) e animais, em menor quantidade.

QUADRO 5 - PREPARO DA TERRA

PREPARO DA TERRA	QUANTIDADE
Manual	22
Máquina	10
Animal	08
Outros	02

Pelas respostas subentende-se que em situações esporádicas quem não possui máquinas pode, por exemplo, contratar um trator para destocar (tirar tocos de árvores que foram cortadas), arar ou mesmo utilizar animais. Em outras situações quem tem máquinas pode realizar trabalhos manuais e assim por diante. Os dados indicam que o trabalho manual e o uso de animais como força de tração no processo produtivo continuam significativos, mas o uso e procura por máquinas expressa uma mudança na mediação com os recursos naturais.

No que se refere ao quesito *outros* (Quadro 5) entenda-se o caso de um pesque e pague na propriedade (função principal) e, obviamente, a utilização de, no máximo, roçadeiras para limpar o terreno ou tratores para aprofundar ou construir novos tanques, caso necessário. O outro caso é o de uma Casa de Massas que funciona na propriedade (função principal). São dois casos que evidenciam um rural como espaço de consumo e não (soamente) de produção.

Também chama a atenção os poucos casos de usos de agrotóxicos (09). A argumentação principal para quem não os utiliza (33) são os danos ocasionados por esses produtos, como é o caso da poluição da água. Das pessoas que responderam *Sim*, ou seja, utilizam agrotóxico, 07 possuem escolaridade até a 4<sup>a</sup> série do ensino primário, 01 até a 8<sup>a</sup> série e 01 o superior completo.

Existem os casos de agricultores que revelaram não utilizar agrotóxico porque encarece a produção. O mais impressionante de tudo é que a maioria que revela essa “consciência ambiental” afirma não receber instrução de nenhum órgão ou instituição governamental. Se analisarmos o grupo de pessoas com nível de ensino até a 8<sup>a</sup> série teremos 26 ao todo, ou seja, mais de 50% do universo pesquisado. Deduzindo os 08 entrevistados que disseram utilizar agrotóxico ainda assim teremos 18 pessoas com baixa escolaridade desenvolvendo práticas menos degradantes da natureza.

Do proprietário mais recente ao mais antigo, vai se desenhando um discurso comum: “a terra tem que dar lucro”. Talvez seja reflexo de um espírito predatório dos madeireiros dessa região, como afirmamos em outro momento (HALISKI, 2007), mas também o anseio de um povo que visa melhorar suas condições de vida.

Já quanto à questão ambiental, tivemos dois padrões de respostas. Uma voltada às restrições legais dos usos do solo pela legislação ambiental e a outra sobre a importância da preservação/conservação<sup>11</sup> para a manutenção de suas terras. Principalmente neste último é recorrente a necessidade de preservar as nascentes. Os dois enfoques possuem um mesmo pano de fundo relacionado à sobrevivência que pode ser explicado pela epígrafe “Deus fez o povo movido à comida. Ele não ensinou comer serragem”.

Sendo assim, seguem alguns dos relatos coletados: “a árvore refresca o aviário e é melhor pra produção” (Lurdes, 40 anos no lugar); “se ficar parado (a terra) não dá dinheiro [...]” (Maria, 43 anos no lugar); a preservação “só prejudica, sempre respeitei a água, a nascente, agora não posso usar a terra que preservei e tenho que trabalhar pros outros” (Benjamim, 52 anos no lugar). Sobre as citações acima podemos fazer múltiplas análises, mas dentro do nosso propósito interessa ressaltar o que parece uma contradição *se eu pudesse*

11 Temos clareza sobre o debate em torno do(s) sentido(s) atribuído(s) ao que se entende por conservação e preservação. Mas como no grupo pesquisado não há essa distinção entende-se que para eles o sentido é o mesmo.

*cortar eu preservava*. Esse enfoque da cultura popular relaciona-se com práticas de rotação de culturas e que a legislação torna restritiva. Também poderíamos aproximar com as ideias de Diegues (2000) ao evidenciar que as populações tradicionais são extremamente prejudicadas por políticas públicas como aquelas que criam parques ecológicos (os parques nacionais) e que excluem os povos de sua “própria natureza”. Trata-se de uma estratégia de preservação que gradativamente vem expulsando populações de terras historicamente ocupadas e produzidas por ela.

Sachs (2009) afirma que o uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão enraizadas no ambiente natural. É isso o que ele chama de “*aproveitamento sensato da natureza*” (SACHS, 2009, p. 70).

Especificamente sobre a *legislação ambiental* perguntamos se ela *ajuda ou atrapalha o morador, produtor/empresário rural*. Percebeu-se muita insegurança nas respostas tendo em vista que as pessoas deixaram claro, em vários momentos, a importância da preservação/conservação para que eles continuem vivendo da (ou na) terra. A dimensão econômica e de classe fica latente e é permeada pelo discurso da preservação. No geral, as falas pretendem evidenciar um “suposto” favorecimento dos “grandes” frente aos “pequenos” e, ao mesmo tempo, a necessidade de se rever a legislação. Essa situação nos remete à necessidade de compreender a lógica de relação que os camponeses têm com a natureza. Para eles, conforme já demonstrado por Antonio Candido (1971), a natureza é complemento de produção de suas condições de sobrevivência. As práticas, de relação com a natureza, desenvolvidas pelo campesinato, não coincidem com as práticas determinadas pela legislação ambiental. Nesse sentido, a legislação imputa práticas de um universo externo ao mundo camponês e que conduz a rupturas no modo como são geridos os recursos naturais.

Outro aspecto relacionado à problemática socioambiental refere-se especificamente aos *impactos ambientais*. Para os pesquisados, os maiores problemas ambientais são o “clima e o caminhão de lixo que não passa” (Juventino); a “água que uso [...]” (Julio M.). Dos problemas assinalados é recorrente a questão da água, do clima, da utilização de agrotóxicos e do enfraquecimento do solo.

Sobre as técnicas e tecnologias perguntamos: *you use ou se utilizasse novas técnicas seria visando à conservação/preservação da natureza ou ao aumento de lucros?* Das respostas obtidas, 33 afirmaram categoricamente que o lucro está em primeiro plano. Aqui, o sentido do lucro está diretamente vinculado à busca pela sobrevivência ou de manutenção de suas condições de vida do campesinato. Não se trata de um “lucro líquido” resultante de um cálculo contábil entre despesas e receita, mas de uma renda econômica que permita aos camponeses reproduzirem-se. Caberia aqui uma análise na perspectiva de Chayanov (1981), que aponta uma lógica específica do camponês, mas que esse espaço não permite realizar. Nesse sentido, esses agricultores inseridos na lógica de mercado estariam incorporando noções que dizem respeito à dinâmica do capital, mas que não se operacionalizam na dinâmica interna da reprodução do campesinato.

Nesse mesmo contexto, 16 pessoas disseram que para *aumentar a produção* seria necessário investir em *novas tecnologias*, pois “temos que se adapta ao desenvolvimento, produzir mais derrubando menos, um exemplo é o transgênico que usa menos veneno” (Ingard, 50 anos no lugar). Outros foram enfáticos ao afirmarem que “tem que ir pra técnica, só no sistema antigo morre de fome.” (André, 75 anos no lugar). Nesse aspecto, há quem afirme que “quem respeitar os antigos (costumes) morre de fome” (Júlio, 58 anos no lugar) visto que “esse negócio de antigo acabou” (Waldomiro, 04 anos no lugar). Outras 13 pessoas afirmaram que deve ser mais *valorizado o conhecimento popular* (dos antigos como eles se referem), pois “minha mãe é do tempo dos antigos, ela que ensina e tu-

do dá certo” (Lucinda, 04 anos no lugar). Segundo Benjamim “no tempo antigo o IBAMA não existia e os antigos respeitava (por exemplo) cortava um lado e esperava o outro crescer” (52 anos no lugar).

Essa aparente tensão entre o conhecimento científico e o saber camponês, explicita uma estratégia pragmática que conjuga, de um lado, técnicas atinentes a sociedade de mercado visando melhoria da produtividade e talvez diminuição de penosidade do agricultor e, de outro lado, a valorização de práticas herdadas sobre as quais se detém maior segurança no domínio do fazer. Essa conjugação não explícita, portanto, contradição, mas estratégia de adaptação à dinâmica de mercado e de reprodução de sobrevivência.

Dos pesquisados, 11 acreditam que se deve *valorizar tanto o conhecimento popular como o científico*. Ora, “temos que puxa ideia de todo lado” (Evone, 47 anos no lugar), “os dois tem que andar junto (porque às vezes) no papel é uma coisa e não dá certo porque o bicho é vivo (referindo-se ao gado), dos antigos dava certo” (Lurdes, 40 anos no lugar).

Este saber-fazer (Acosta, 2012) está sendo constatado em várias pesquisas sobre populações tradicionais e saberes vernaculares como é o caso dos estudos de Strachulski (2014) sobre os saberes tradicionais de agricultores ou mesmo de Staniski (2016) sobre os saberes mateiros de populações tradicionais. Em ambos os casos, a valorização de conhecimentos tradicionais e científicos são acionados com o propósito do diálogo de saberes e uma necessária resignificação da universidade na busca incessante por uma ciência que de fato seja pública (Floriani, 2015).

Especificamente sobre a *localização dos melhores solos* para plantio tivemos relatos que mostram as experiências de vida do grupo pesquisado. Perguntou-se: *Como você sabe onde estão as melhores terras?* Não interessa discutirmos cientificamente se eles estão certos ou errados, mas compreender as suas estratégias para sobreviverem. No geral essa questão pode ser respondida pela D. Inês, pois

segundo ela “quem trabalha sabe, terra gorda e sem areia” (Inês, 22 anos no lugar).

O Sr. André conhece a qualidade do solo “pelo mato que cresce” (75 anos no lugar). Isso fica explícito nas falas que se seguem: “onde tem madeira grossa é boa, onde tem samambaia, vassoura, não cresce nada” (Eugênio, 69 anos no lugar). A noção de terra gorda está associada à grande quantidade de matéria orgânica. Eles possuem conhecimento dos limites impostos pela qualidade do solo através da vegetação. Qualquer técnico agrícola sabe que um solo com samambaias é ácido, por esse motivo pobre. Esses atores não usam o termo ácido, mas sabem que esse solo com samambaia é fraco. A única pessoa que “se arriscou” numa explicação técnica foi a Dona Ingard ao dizer que conhece a terra fraca “pelo tipo de mato (e cita um exemplo) igual onde tem samambaia falta o calcário” (Ingard, 50 anos no lugar). Esse tipo de resultado, com base em saberes vernaculares, já foi evidenciado em estudos anteriores, como em Floriani (2007), ao apontar que a racionalidade dos agricultores de Rio Branco do Sul - PR não está vinculada a práticas intensivas e degradantes do solo, por este motivo abandonaram a utilização de agrotóxicos e retornaram às suas práticas tradicionais.

As práticas de identificação de solo fértil, assim como outras de caráter vernacular adequadas à produção, expressam a continuidade de um saber válido que atestam a possibilidade de produção de condições de vida que não seriam possíveis diante de um conhecimento técnico ou científico. Não seria possível por duas razões: uma pelo fato de os camponeses não dominarem o conhecimento científico, outra pela sua ineficácia para as condições ambientais da produção.

Depois de algumas afirmações de que “a terra é ruim onde tem samambaia” (Sandro, 06 anos no lugar), tivemos alguns exemplos do que fazer neste tipo de solo. Conforme a Dona Lurdes “onde planta samambaia é que planta eucalipto, mas milho não dá” (38 anos no lugar). Já o Sr. Loreno mostra que conhece o solo “pelo tipo de vegetação” e pela

rotina, pois “a gente já acostumou colher na terra e já sabe” (02 anos no lugar).

Também temos análises que apontam para as planícies de inundação visto que “as melhores terras estão nas margens dos rios” (Wilson, 12 anos no lugar) e, ao mesmo tempo, em terrenos basálticos, mas com uma restrição “aqui onde a terra é boa não pode mecaniza porque tem bastante pedra” (Júlio L., 58 anos no lugar).

Para que os moradores/agricultores *permaneçam produzindo* é necessário o *conhecimento daquilo que estão fazendo*. Assim, eles foram questionados sobre os *problemas ambientais ou de produção que enfrentam e a necessidade de desenvolver por conta própria alguma técnica ou estratégia para extrair aquilo que precisam degradando menos*.

Sobre esse aspecto alguns relataram que para plantar a “bracatinga joga a semente e mete fogo e dá que nem praga...” (Casemiro, 60 anos no lugar). Outros enfatizaram que “sempre aprendi por conta própria [...] o veneno acaba a terra [...] a reserva pra água é a nascente, cuide em volta” (Inácio, 37 anos no lugar) ou que “deixei crescer mato por causa do rio” (José, 44 anos no lugar). O saber oriundo da experiência prática continua governando o modo de produzir dos camponeses locais. Dessa forma, pode-se dizer que o conhecimento vernacular oriundo da experiência de vida e de domínio dos camponeses é eficaz para sua reprodução, enquanto o conhecimento científico, gerado em laboratório, de domínio técnico, implica numa ruptura com o universo de produção de conhecimento e geram insegurança e risco de sobrevivência.

Outro assunto bastante citado é a erosão do solo. Encontramos pessoas como o Sr. Reginaldo, muito preocupado em combater os efeitos e não as causas “onde a chuva estraga arrumamos” (15 anos no lugar) ou mesmo aqueles mais prudentes como o Sr. Júlio “cuido da terra pra combater a erosão” (Júlio L., 58 anos no lugar). Nessa mesma linha temos o caso do Sr. Wilson “capim elefante serve pra

carpa (alimento deste peixe) e combate erosão” (12 anos no lugar).

A Dona Ingard disse que para aumentar a produção “fiz cobertura na horta deduzindo por experiência” (50 anos no lugar). Também tivemos aqueles que aprenderam em livros, mas mostram algumas restrições a eles “li livro do começo da história e fiz rotação de cultura (influenciado) pelo livro [...] não uso adubo porque não tem dinheiro...” (Loreno, 02 anos no lugar). Especificamente no segundo caso vemos que a rotação de culturas somente foi utilizada por falta de dinheiro pra comprar adubo. Esse não é o caso do Sr. Juventino que afirma “esse negócio de adubo (não usamos) pegamo só do mato (junta folhas debaixo das árvores e coloca na roça) não compramos (não existe) melhor que isso” (22 anos no lugar). Esta última prática é reveladora do que conhecemos hoje por agroecologia, pois é baseada em saberes camponeses que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas (Leff, 2002).

Também presenciamos algumas experiências com o plantio consorciado<sup>12</sup> de espécies vegetais e os dilemas em torno dos seus benefícios. Imaginamos que essa seria uma prática comum no plantio realizado pelos agricultores, mas não foi isso que a pesquisa revelou. Por trás dos motivos que levam ou não ao plantio de diferentes espécies em um mesmo espaço temos o lucro a ser obtido pela produção ou a baixa produtividade por razões naturais do desenvolvimento de cada espécie. Tivemos vários exemplos que funcionam e de outros que não dão certo.

De acordo com o Sr. Miguel “(aqui) não funciona por causa da raiz da erva (plantio de mandioca)” (47 anos no lugar). Segundo a Dona Lucinda “[...] o milho não desenvolveu no meio da erva” (04 anos no lugar). Temos aqueles que apontam para a baixa produtividade “consorciado não produz tão bem” (Inês, 22 anos no lugar), aqueles que falam que “dá muita mão de obra” (Adriana, 17 anos no lugar) e outros que afirmam “um (uma espécie)

12 Prática de plantar/cultivar duas ou mais espécies juntas.

estraga o outro” (Nelson, 37 anos no lugar). Temos o grupo de moradores/produtores que “ouviram falar ou que supõe” os resultados da produção. Segundo o Sr. Julio M. “vejo o vizinho, mas acho que não dá alguma coisa” (40 anos no lugar). O Sr. Sandro “já ouvi(u) fala(r) que é bão” (Sandro, 06 anos no lugar), mas “o pessoal diz que não funciona” (Benjamim, 52 anos no lugar), pois “já trabalhei com quem plantou e ele não vai plantar mais” (Marcelo, 33 anos no lugar). Vale assim a observação de que nem sempre o consorcio é conveniente, seja em função do uso da mão de obra ou por razões relacionadas às condições de produção. O que vai indicar essa adequação é a avaliação das circunstâncias ambientais locais conjugada à dimensão social da força de trabalho. Não é apenas uma questão técnica, mas uma questão de ser socialmente apropriada ou não; de ruptura de um lado e de continuidade de outro frente às condições de produção.

Neste contexto, temos a fala do Sr. Casemiro que “plantava feijão e milho, arroz e mandioca e dava certo”, mas “hoje ninguém faz mais esse sistema porque senão morre de fome”, pois “eu ganho mais com verduras” (60 anos no lugar). Para nós, a citação da Dona Ingard, referente ao plantio consorciado – independente do tipo de cultura – é autoexplicativa: “eucalipto com milho e pastagem dá certo, mas tem que fazer como eles explicam (EMATER), senão não funciona” (Ingard, 50 anos no lugar), ou seja, não é simplesmente plantar. Utilizando falas anteriores afirma-se a necessidade de se conhecer as espécies consorciadas para que os resultados apareçam. Esse ajustamento de conhecimentos mostra o diálogo de saberes via intercâmbio de experiências e hibridação de ciências e técnicas (Leff, 2002) que resultam nas práticas dos agricultores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com estes elementos, intenciona-se mostrar como a formação histórica da ocupa-

ção da região influenciou o modelo de exploração econômica que se tem e a relação entre este território e as formas de apropriação dos recursos naturais. Disso tivemos como resultado as características culturais de um povo marcado pelo messianismo<sup>13</sup> pela cultura rústica e por conflitos sobre a ocupação das terras com a implantação de grandes companhias extrativistas e de colonização. A presença do capital estrangeiro influenciou na distribuição de terras e na implantação de vias de comunicação modernizadoras como a estrada de ferro, além de contribuir para a modernização de serrarias que se tornaram o símbolo da destruição da mata nativa em nome do progresso. Isso marca a participação do Estado. **É o início da República propiciando uma nova dinâmica ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro e regional.** Trata-se de uma opção pela indústria, pelo homem branco estrangeiro. O resultado foi conflituoso. Também marca a apropriação predatória dos recursos naturais e faz emergir uma estrutura social de classes que vão tomando forma e definindo um padrão de conflitos e de interesses que conformarão a história.

A dilapidação pura e simples passou a conviver com a estratégia de sobrevivência do migrante, dos “brasileiros”, dos caboclos, a partir dos recursos naturais disponíveis. Isso foi o germe de ressignificações presentes na atualidade. Constatou-se um rural cheio de problemas econômicos, sociais, políticos e ambientais, mas também com soluções possíveis para saná-los pelas ideias dos próprios agricultores. As “soluções” são movidas por suas práticas e, muitas vezes, carecem de um aporte técnico-científico.

Encontramos um rural em transformação em suas bases produtivas. Além da substituição do pinheiro pelo pinus e o eucalipto, presenciemos muitas propriedades virando chácaras para descanso e lazer de quem mora no urbano. Nelas encontram-se piscinas, tanques de peixes, turismos, entre outros. Tam-

---

13 Este quesito merece um artigo específico, mas pode ser encontrado no trabalho desenvolvido por Haliski (2013) e em Haliski e Brandenburg (2015).

bém constatamos situações de inversões de valores econômicos das propriedades. Antes da intensificação de fiscalizações por agentes ambientais, as terras com “mato” e com rios eram supervalorizadas; hoje, se ela os possuir servirá “somente” para os modelos de chácaras. No geral, as propriedades tentam conciliar uma poupança no formato de um reflorestamento, uma boa moradia, alguns animais para abate (quando não é a base da produção da propriedade), um pouco de vegetação para lenha, cercas e pequenas lavouras.

Há um predomínio de pessoas com mais de 30 anos. Elas evidenciam um modo de vida que encontra no meio rural a sua satisfação de necessidades econômicas, de moradia, de lazer. A maioria é casada, mostrando um “conservadorismo” ainda vigente, é dona do seu imóvel e mora há mais de 10 anos no lugar. A maior parte se declara com renda fixa. Encontramos a figura do chacareiro, do aposentado, daquele que trabalha via contratos com empresas que compram sua produção, autônomos que arrendam propriedades, outros que trabalham de meeiros e ainda os que vendem o que podem conforme produzem. Devido ao tipo de produção, tamanho da propriedade e características do relevo, o trabalho manual é predominante, seguido de máquinas de pequeno porte ou animais. Poucos utilizam agrotóxicos, seja em razão dos preços, do tipo de atividade ou de alternativas próprias para adubação como aquela com folhas de árvores.

Através de diferentes formas de se entender o que é “natureza” e como se deve utilizá-la, percebeu-se um predomínio de visões pragmáticas pautadas em suas experiências de vida. Como disse uma entrevistada “Deus fez o povo movido à comida, Ele não ensinou comer serragem”. Presenciamos a consciência do que é um impacto ambiental, dos principais problemas socioambientais locais e global e a importância de uma legislação ambiental nem sempre condizente com a realidade que vivem. Deprendemos que os cuidados com a natureza também está atrelado à cultura regional cujas marcas simbólicas são visíveis nos discursos,

símbolos, práticas etc., por conta de uma forte densidade representada pelos eventos do Contestado. Mas a questão é que tudo isso fez parte de um contexto e foi sendo repassado de diferentes maneiras para os pesquisados.

Por todos estes motivos, a diversidade de relatos colhidos nas entrevistas é reveladora de uma formação discursiva múltipla, atravessada por diversas reinterpretações do passado. Assim, enquanto condição camponesa, percebemos a forma como o grupo utiliza os recursos naturais e, especificamente, o reconhecimento da necessidade de conservação dos recursos hídricos, conhecimento dos melhores solos, técnicas de controle de erosão, valorização do conhecimento “dos antigos”, entendimento de natureza para a vida. Também não pudemos deixar de perceber as ressignificações na forma de pensar e agir deste grupo frente à natureza e o ambiente. O que entendem por *lucro* não é o econômico puro e simples, mas o saldo de uma relação com a natureza, ou seja, a sobrevivência. Essa questão acaba girando em torno do reconhecimento do saber técnico-científico, da importância da legislação ambiental para conter os impactos ambientais e mesmo a introdução de formas de cultivo mais pautadas pela noção de equilíbrio ambiental. O que permanece é a reivindicação do agricultor em utilizar suas terras, sua sabedoria e conhecimentos de experiência de vida, a forma como concebe o correto ou mesmo de ter o direito de ser ouvido para, se for o caso, mudar suas práticas. O que muda é a aceitação de que nem sempre ele conseguirá sozinho. Nas palavras do Sr. Eugênio, que acabou falecendo dias depois da entrevista, “o colono precisa de ajuda!”.

Como mostrado, a natureza está no centro do debate da condição camponesa ou camponato em questão. Permanece nos agricultores um saber-fazer (Acosta, 2012), ou seja, conhecimentos que são passados de geração em geração com um propósito de sobrevivência e não de dilapidação de tudo, como é caso do projeto neoliberal que vivenciamos e os impactos nefastos de suas empresas, tal como ocorre com o agronegócio via monoculturas ou en-

venenamentos de propriedades. Muda, contudo, a estratégia de combinação de recursos tradicionais e técnicos, influenciada pela dinâmica de mercado e pelas políticas públicas.

Recebido em: 10/01/2015

Aprovado em: 20/04/2016

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, A. O Buen vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. (Org.) Heinrich Böll Stiftung, 2012.
- BRANDENBURG, A. Sociologia do ambiente rural: principais temas e perspectivas. In: Ambiente & Sociedade. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Campinas, Brasil, 2005.
- CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.
- CIMA, I. C. Cidadania ambiental: percepção e prática acerca do saneamento básico de famílias camponesas de Quilombo/SC. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2016.
- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.G. da; STOLCKE, V. (orgs) A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2000.
- FAGUNDES, J.; RIBAS, J. O. (Orgs.) Monografia de Porto União. Palmas: Kaygangue, 2002.
- FLORIANI, D. Las ciencias sociales en América Latina: lo permanente y transitorio, preguntas y desafíos de ayer y hoy. Polis, Revista Latinoamericana. Disponível em: <https://polis.revues.org/11149?lang=pt>. Acesso em 22/03/2015.
- HALISKI, A. M. Formação e atualidade histórica de um grupo de agricultores entre Santa Catarina e Paraná: disputas sobre os usos da natureza e ambiente. Tese de Doutorado (Sociologia, UFPR), 2013.
- HALISKI, A. M.; BRANDENBURG, A. Reflexos de um passado recente: elementos de um rural em transformação no território do Contestado. Revista Interface (Porto Nacional), 2015.
- HORT, J. Geografia do município de União da Vitória. União da Vitória: UNIPORTO, 1990.
- IBGE. Histórico dos municípios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 22/03/2015.
- INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação. Porto Alegre, v. 33, nº1, 2010.
- LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. In: Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, 2002.
- PÁDUA, J.A. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.
- RENK, A. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó, Argos, 2006.
- RENK, A.; DORIGON, C.. Trabalho, juventude rural e mudança social. In: Juventude Rural, Cultura e Mudança Social. (Orgs.) Arlene Renk e Clovis Dorigon. Chapecó: Ed Argos, 2014.
- RIESENBERG, A. A instalação humana no vale do Iguaçu. Coleção Vale do Iguaçu da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória-PR, 1973.
- SACHS, I. Ignacy Sachs: caminhos para o desenvolvimento sustentável. (Org.) Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, nº51, 2003.
- STANISKI, A. Os saberes mateiros das comunidades tradicionais da região Serra das Almas, Paraná: histórias de vida e paisagens. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016.

STRACHULSKI, J. Os saberes ecológicos tradicionais de agricultores da comunidade rural Linha Criciumal e sua relação com a paisagem rural - Cândido de Abreu, PR. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014.

TONIETTO, M. O sentido da tradição na ruralidade contemporânea. In: Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. (Orgs.) BRANDENBUG, A.; FERREIRA, A. D. D. *et al.* Brasília MDA, 2007.

TONON, E. Ecos do Contestado: rebeldia sertaneja. Palmas: Kaygangue, 2002.

ZORNITTA, L. A percepção dos pescadores atingidos pela Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2015.

WANDERLEY, M. de Nazareth B. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos de Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, out. 1996.